

1 **ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**
2 **MS/CEC, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2018, NO PLENARINHO DA**
3 **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

4 Aos quinze dias do mês de março de 2018, reuniram-se no Penarinho da Assembleia
5 Legislativa, em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Estadual das Cidades de
6 Mato Grosso do Sul - **CEC/MS: Ednei Marcelo Miglioli** – Presidente do Conselho
7 Estadual das Cidades – CEC/MS; **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Secretária Executiva
8 do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento
9 Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Antonio Claudio Lanza de Oliveira** – Empresa de
10 Saneamento do Estado de MS – SANESUL; **Aroldo Abusafi Figueiró** – Conselho
11 Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul/CREA-MS; **Luiz Antonio**
12 **Lemes de Oliveira** - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do
13 Sul/CREA-MS; **João Ricardo Somensi** – Prefeitura Municipal de Naviraí; **Edson Ageo**
14 **Maidana Nunes** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso
15 do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra** - Sociedade de Apoio a Luta Pela
16 Moradia/SAM-MNLM; **Sânia da Silva Gomes** - Sociedade de Apoio a Luta Pela
17 Moradia/SAM-MNLM; **Kelly Cristina Hokama** – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de
18 Mato Grosso do Sul/SINDARQ-MS; **Jorge Tadeu Mastela e Almeida** – Sindicato dps
19 Engenheiros de Ms/SENGE-MS; **Julio Alt Viveros** – Sindicato Intermunicipal da Indústria
20 da Construção do Estado de MS/SINDUSCON; **Dirceu de Oliveira Peters** – Instituto de
21 Arquitetos do Brasil Departamento de MS/IAB-MS; **Jorge de Souza Pinto** – Universidade
22 Federal de Mato Grosso do Sul; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil
23 Seção Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Rosana Puga de Moraes Matinez** – Sociedade em
24 Prol da Acessibilidade, Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida de Mato Grosso do
25 Sul/SPA;. A **107ª Reunião** Ordinária do Conselho Estadual das Cidades/CEC e **48ª**
26 **Reunião** Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse
27 Social/CONGFEHIS-MS tiveram como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata da**
28 **106ª Reunião do CEC; Apresentação sobre Drenagem urbana nos municípios de MS;**
29 **Definição de pauta para próxima Reunião.** A **Senhora Tânia Marques** cumprimentou
30 a todos, fez a abertura da 108ª Reunião e em seguida passou para os **Informes:**
31 Primeiramente informou aos presentes que a Assembleia Legislativa efetuou reforma no
32 Plenarinho e elaborou novas regras para uso do local, e dentre elas, que não será
33 permitido deixar água, café e coffee-breack dentro daquele ambiente. Que para a próxima
34 reunião verificará a possibilidade de deixar água e café no corredor. Informou também
35 sobre a Reunião Itinerante. Que solicitou a Senhora Maria do Carmo para consultar o
36 Prefeito de Costa Rica, sobre a possibilidade de realizar a referida Reunião naquele
37 Município. Que a Senhora Maria do Carmo ponderou as dificuldades dos municípios e que
38 precisamos amadurecer a ideia para a realização no mês de maio/2018. Em seguida fez
39 as orientações sobre ajuda de custo e passagens para Conselheiros do interior do Estado.
40 Que juntamente com o departamento jurídico da AGEHAB-MS, buscaram alternativas
41 para custear as viagens nos dias de Reunião do CEC. Esclareceu que as passagens são
42 nominais, podendo ser utilizada somente pelo Conselheiro que posteriormente deverá
43 encaminhar o ticket para ser anexado ao processo (**Processo nº 57/600.005/2018**).
44 Informou ainda que essas passagens foram solicitadas ao Tesouro do Estado, com
45 excepcionalidade, uma vez que não consta no orçamento da AGEHAB-MS; que o
46 Conselheiro deverá manifestar-se com antecedência para que se faça o trâmite do
47 processo dentro da empresa; que o Suprimento de Fundos solicitado por um dos
48 Conselheiros, não será possível, tendo em vista que somente servidores, com autorização
49 do ordenador de despesas, podem solicitar o referido recurso, conforme Decreto nº13.329
50 de 22/12/11; que não temos autorização do Tesouro do Estado para custear combustível;

51 que será concedida diária para o Conselheiro e o valor será creditado em conta corrente.
52 O **Senhor Presidente Marcelo Miglioli** complementou a informação dizendo que
53 devemos analisar dois aspectos; Primeiro a dificuldade financeira e segundo a questão da
54 legalidade de movimentar conta pública com dinheiro. Que as passagens são fornecidas
55 através de contrato de licitação. Disse ainda que Governo do Estado necessita atender
56 um Decreto Presidencial de que o teto de despesas, de custeio, não deverá ultrapassar o
57 limite do custeio de 2017. É uma condicionante para os Estados que fizeram a negociação
58 de suas dívidas. O Conselheiro Nelson solicitou que nos próximos orçamentos, os
59 Conselhos tivessem uma vinculação de rubrica para que permita custear os encargos
60 financeiros dos membros de qualquer Conselho. **Aprovação da Ata da 106ª Reunião do**
61 **CEC:** Não houve nenhuma manifestação, e a Ata foi aprovada pelos presentes. Dando
62 continuidade a reunião passamos para a **Apresentação sobre Drenagem urbana nos**
63 **municípios de MS:** O **Senhor Presidente Marcelo Miglioli** explica que estará
64 demonstrando um panorama de infraestrutura urbana, focando mais na solução de
65 drenagem. Foi elencado sete pontos importantes: **1) Controle de Erosão:** Expôs que
66 vários municípios de MS estão sofrendo com erosão urbana em nosso estado, e o
67 problema vem se agravando ao longo dos anos devido à falta de planejamento e falta de
68 obras estruturantes que realmente resolva os problemas. Que em 2015/2016 tivemos uma
69 situação de emergência, onde 42 municípios foram afetados, além de problemas urbanos.
70 No bairro Jardim Paraíso IV e Vila Alta, no município de Naviraí/MS tivemos um problema
71 emblemático que inclusive foi matéria do Jornal Nacional e fantástico. A erosão quase
72 atingiu as casas, inclusive algumas teve que realizar a desocupação por questão de
73 segurança. A obra foi realizada e também foi feita a drenagem, pavimentação, meio fio,
74 canteiros gramados e com dissipador ao final da pavimentação. No município de Juti com
75 a erosão, quase foi perdida a estação de tratamento da SANESUL, teve casas
76 desmoronando. Foi realizada obra de galeria e dissipador com vertedouros concluídos.
77 Com essa obra foi puxada duas linhas mestras importantes, que irão resolver o problema
78 de drenagem de uma parte do município. Uma preocupação quando se elabora os projetos
79 de drenagem, estamos focados no desenvolvimento da cidade e na correção. As linhas
80 canalizam parte da drenagem e estão aptas a receber novas drenagens que
81 posteriormente venham ser realizadas no município. **2) Pavimentação Asfáltica e**
82 **Drenagem de Águas Pluviais:** 100% das obras são precedidas de processo executivo.
83 Toda pavimentação executada em locais que necessitam de drenagem, está sendo
84 realizadas as duas obras, independente do custo. Demonstrou alguns municípios onde
85 estão sendo realizadas as obras: Selviria, Inocência, Naviraí (bairro sol nascente),
86 Bandeirantes, Rochedo, Rio Negro. Informou que o Governo do Estado tem procurado
87 atender todos os municípios, independente da sua capacidade financeira ou do seu
88 tamanho. **3) Restauração Funcional do Pavimento:** Essa restauração ficou muito
89 esquecida ao longo dos anos. Que em 2015 foi feito um pleito para o Governo Federal
90 para colocar emendas parlamentares para Execução dessas obras. Que todos serviços
91 necessários para a restauração de pavimento estão sendo realizados: Intervir na base,
92 troca de solo, troca de materiais, rachão, colchão drenante. Que as obras realizadas não
93 estão sendo realizadas para ter duração de somente um ano, e para isso contratamos
94 projetista. Tudo que o projetista considerar necessário estaremos executando. Em
95 Dourados, está sendo restaurado o quadrilátero central, ou seja as ruas Marcelino Pires,
96 Joaquim Teixeira Alves, Hayel Bom Faker e Weimar Gonçalves Torres), e temos também
97 obras em Terenos, Maracajú, Sidrolândia. **4) Drenagem de Águas Pluviais:** Em Naviraí,
98 resolvemos um problema muito sério na Avenida Amélia Fukuda. Em Laguna
99 Carapã/Distrito, está sendo resolvido um problema de drenagem que irá beneficiar toda
100 cidade. Em Paraíso das Águas, resolvemos 100% a parte de drenagem. **5) Sistema de**
101 **Abastecimento de Água:** O estado tem trabalhado muito forte nessa área, pois haviam

102 26 municípios com risco de falta de água. O mais emblemático é em Corumbá, na parte
103 alta, onde todo ano falta água. É uma obra robusta, onde resolvera o problema de
104 abastecimento de água. **6) Sistema de Esgotamento Sanitário:** Temos obra em
105 Dourados, a estação de tratamento será ampliada, duplicada, que após a conclusão
106 estaremos atendendo 85% de atendimento. Praticamente chegaremos na universalização
107 em Dourados. Ao termino dessa obra, numa segunda etapa, estaremos executando mais
108 200 quilômetros de rede. Em Três Lagoas a estação de tratamento está praticamente
109 pronta. As obras tem sido executas pela AGESUL/SANESUL, em parceria com Governo
110 Federal através do Ministério das Cidades, ou através da FUNASA. Informou que com o
111 programa “**AVANÇAR CIDADES**”, conseguimos o montante de 195 milhões de reais para
112 execução de rede de estação de tratamento. Mato Grosso do Sul, com certeza, será o
113 primeiro estado em volume de projetos aprovados para saneamento e habitação no
114 Ministério das Cidades. Com alguns projetos que serão licitados em abril, vamos elevar
115 nossa capacidade de saneamento para 65% a 70%. **7) Acessos aos Conjuntos**
116 **Habitacionais:** Temos uma pactuação entre SEINFRA, Governo do Estado e AGEHAB,
117 que todos os conjuntos habitacionais seriam entregues com infraestrutura. Temos obras
118 em Coxim (C. H. Taquari II), Bonito (Loteamento Lago Azul), Porto Murtinho (Loteamento
119 Dom Pepe I), Bodoquena (Loteamento Bandeira II), Angélica (C.H. Angélica). Demonstrou
120 ainda um grande problema em Jardim, onde será investido o montante de 2 milhões e
121 duzentos mil para sanar o problema de drenagem. Apresentou um cronograma de
122 investimentos nos 79 municípios com relação a estrutura urbana, no montante de 501
123 milhões. Encerrou dizendo que fez uma apresentação suscita para que houvesse tempo
124 para os questionamentos sobre o trabalho do Estado em Infraestrutura Urbana. O
125 **Conselheiro Aroldo** pergunta como será trabalhado a questão de drenagem de Campo
126 Grande, se há um estudo para preservação das nascentes e uma preocupação com a
127 velocidade da água ainda. O **Presidente Marcelo Miglioli** responde que em Campo
128 Grande, não desenvolvemos estudos e projetos. Isoladamente projetamos as obras que
129 iríamos executar (Euler de Azevedo e os dois Núcleos). Estamos aportando recursos para
130 o município para destravar todos os contratos. Argumentou que o problema de Campo
131 Grande deveria ser tratado como os problemas dos demais 78 municípios em cima de
132 uma discussão técnica. Ao longo dos anos, a capacidade de solução do estado brasileiro
133 foi ficando menor que a demanda e precisamos começar a mudar esse processo através
134 de uma discussão técnica para defender e executar o que é correto. O **Conselheiro**
135 **Dirceu** argumenta que o novo conceito adotado nas obras, pois demonstra que o Estado
136 está pensando no macro e não mais no micro. Que o IAB sempre defendeu que as obras
137 publicas sejam executadas através do projeto completo. Que a nova atitude e postura, a
138 longo prazo possibilitará inúmeras melhorias nos municípios. Quanto a velocidade das
139 águas, há um projeto de construção de uma barragem na praça das águas, para
140 contenção das águas e através de dissipador diminuir a velocidade das águas pela
141 Avenida Ricardo Franco. O **Presidente Marcelo Miglioli** explica que o mesmo critério
142 usado na pavimentação, é usado na construção civil e vários projetos já foram contratados
143 em outro modelo, o arquitetônico e todos os complementares juntos. A **Conselheira Silvia**
144 informa que houve reunião da Comissão de Meio Ambiente da OAB e esse tema referente
145 as nascentes veio à tona, tendo em vista que em algumas nascentes estão sendo
146 compactadas e estávamos pensando em montar um grupo de pessoas para verificar essa
147 situação. Sugeriu juntar esforços para que nosso estado não fique sem água como muitos
148 estados brasileiros. O **Presidente Marcelo Miglioli** argumenta que é fundamental cuidar
149 das nascentes, que contra qualquer tipo de radicalismo. Que é contra devastar tudo e é
150 contra não levar desenvolvimento por conta do meio ambiente. Que tudo precisa
151 equilibrado para manter a qualidade de vida das pessoas. A **Conselheira Edymar**
152 argumenta que a apresentação demonstra o recurso investido, e ressalta a importância

153 dos fundos. Que quando se fala no FUNDERSUL, que é um projeto de estado. Falou que
154 apoia o projeto executivo, pois valoriza os bons profissionais, técnicos da área. Fez um
155 apelo que juntamente com a equipe multidisciplinar técnica dos projetos executivos,
156 também seja levado em conta a engenharia ambiental. Disse que juntamente com os
157 Movimentos Sociais, faz luta histórica na região norte, sempre discutindo problemas do
158 solo urbano, Plano Diretor, e que nessa região há três nascentes: prosa, segredo e a do
159 Parque dos Poderes, que enaltece a questão das drenagens pluviais, porém sabe que
160 essas drenagens irão desembocar no fluvial, nos córregos, nos rios e não podemos deixar
161 de levar em consideração essas questões. Nossos rios e córregos cortam Campo Grande
162 e sofrem assoreamento. Sabemos com é desbarrancado a Norte-Sul, próximo ao
163 imbirussú, e rio anhanduizinho sofre a desagua das galerias pluviais. Então gostaria que
164 fosse levado em consideração a drenagem fluvial. Pergunta para onde irá a água
165 canalizada da abertura da região norte. Que o Plano Diretor foi modificado para atender
166 interesses de grandes empreiteiras. **Conselheiro Dirceu** explica que todos os projetos e
167 obras de drenagem que tem dissipador ou bacia de contenção, todas as rodovias, todas
168 as obras de saneamento, que requerem licença ambiental, hoje, estão sendo
169 acompanhadas da licença ambiental. Que foi realizado um trabalho monstruoso de
170 regularizar a questão ambiental das obras. Com relação ao Anhanduí, não é prerrogativa
171 do estado e que tem receio de cometer algum equívoco. Mas considera que ali tem uma
172 série de problemas desde a licitação, onde a empresa que ganhou a licitação não
173 executou o serviço. Observou que a lei da licitação é obsoleta, o executivo não tem
174 respaldo para exigir determinadas coisas, ele fica refém do empresário. Que o processo
175 licitatório é amarrado em cima de leis que hoje não funcionam. Explica que a obra do
176 Parque dos Poderes tem duas finalidades: desafogar o tráfego, criar uma via expressa de
177 tráfego e resolver a questão do Parques das Nações Indígenas, pois temos que acabar
178 com o assoreamento que existe ali hoje. **Conselheiro Jorge** pergunta se não seria o
179 momento de criar dentro do governo do estado, com o apoio da sociedade civil organizada,
180 as instituições, conselhos, uma pré-disposição de colaborar na fiscalização desses
181 projetos executivos. Argumentou que é uma proposição para estudos da SEINFRA.
182 Elucidou que em países desenvolvidos há um padrão a ser seguido em contratos e obras
183 públicas, o que não acontece aqui. Também solicitou que nos projetos de conjuntos
184 habitacionais, tivessem escolas e centros comunitários. O **Presidente Marcelo Miglioli**
185 Responde que com relação a montar Conselho, já existe um Conselho de fiscalização e
186 acompanhamento. Responde ainda para Conselheira Edymar que não se constrange em
187 falar que o FUNDERSUL foi criado pelo governador Zeca e informa que o FUNDERSUL
188 tem duas prestações de contas: uma encaminhada para a Assembleia Legislativa
189 (Relatórios trimestrais) a outra encaminhada para o Conselho Gestor, onde participam
190 várias entidades. Com relação as questões de haver várias espessuras de manilhas, é
191 sinal que estamos fazendo projeto. Quem define se o tubo é de 40, de 60, de 1, é o projeto.
192 **Conselheiro Dirceu** comenta que voltando à apresentação, nós vimos as consequências
193 e o governo do estado precisou atuar sobre as consequências. Pergunta se haveria uma
194 forma, através de convênio, principalmente com as Prefeituras menores, que não
195 possuem corpo técnico, do governo do estado intervir antes que tenha essas despesas.
196 O **Presidente Marcelo Miglioli** responde que só conseguiremos avançar se tivermos
197 mudança de conceito e de pensamento, principalmente da sociedade. A sociedade cobra
198 muito e não faz o dever de casa. Se Poder Público e Sociedade Organizada, não se
199 reunirem e criarem um critério e ainda assumirmos uma posição, nós não avançaremos.
200 E quanto aos municípios, estamos levando propostas que sejam solução definitiva. O
201 **Conselheiro Aroldo** pergunta sobre as calçadas acessíveis onde estão sendo

202 executados serviços de asfalto. Que atualmente o asfalto e meio fio estão sendo feitos
203 inadequadamente, ficando fissuras entre eles. Solicita que seja disponibilizado em CD as
204 apresentações das Reuniões do CEC, pois, as Entidades não têm conhecimento dos
205 assuntos que são discutidos nas Reuniões. A Senhora **Maria do Carmo** informa que todas
206 as apresentações ficam disponíveis na Secretaria Executiva do CEC. Que irá verificar a
207 possibilidade de abrir uma aba no site da SEINFRA ou AGEHAB. **Conselheiro Aroldo**
208 argumenta que existem vários grupos discutindo as Cidades, e existe um Conselho para
209 cada região, por cada setor da administração, e as pessoas desconhecem isso. O CEC
210 tem as ferramentas legais e falta apenas a participação da sociedade que queira produzir
211 alguma coisa. **Conselheiro Luiz Antônio L. Oliveira** argumenta que o que foi dito pelo
212 Senhor Presidente é a responsabilização do Cidadão nessa área do saneamento, das
213 águas pluviais. Que o maior volume de água que estão sendo levadas para os rios, são
214 das áreas particulares porque os proprietários não estão retendo as águas dentro dos
215 seus terrenos. Precisamos rever nossos projetos, utilizar as águas das chuvas. Que ele
216 verifica em sua cidade que as águas carregam toda terra para as ruas e a prefeitura está
217 constantemente limpando as ruas. O **Presidente Marcelo Miglioli** fala que o conceito de
218 sociedade vai evoluindo e tem que evoluir como um todo. A Senhora **Maria do Carmo**
219 comenta que a apresentação foi muito clara e transparente, que a parceria é
220 superimportante porque as obras de infraestrutura são obras caras e o recurso da
221 habitação é tão pouquinho. Que mesmo antes, quando a AGEHAB era vinculada a
222 SEHAB, já havia essa parceria com a SEINFRA. Pediu um aparte para comentar sobre
223 um problema com a ANEEL. Que há um ano atrás tivemos um representante da ANEEL
224 participando da reunião do CEC/MS e que há um mês atrás o Senhor Weber, funcionário
225 da ENERGISA comunicou que a empresa não estará estendendo mais um metro de rede
226 de energia gratuita, nem para loteamento social. Que solicitou embasamento legal e está
227 em análise na COTEC/AGEHAB. Sugeriu que a ANEEL fosse convidada a vir prestar
228 esclarecimentos, pois em dezembro a ANEEL fez uma audiência pública sem a
229 participação da sociedade. Expos que irá ler com atenção a análise e que posteriormente
230 devemos chamar representante da ANEEL e ENERGISA, pois os recursos para conjuntos
231 habitacionais já estão escassos, as prefeituras não têm condições de entrar com
232 contrapartida, como podemos absorver custo de rede de energia! Que em Costa Rica, o
233 Prefeito Waldely fez uma consulta formal para a ANEEL, pois tem um novo projeto e a
234 ENERGISA se recusa a estender a rede de energia. Informou que a ENERGISA alegou
235 questão legal, pois quando o governo federal promulgou a Lei **13.465**, foi retirado um
236 capítulo da **Lei 11.977**, que tratava do item "Regularização Fundiária" e da questão da
237 extensão de rede. Que devemos chamar a ANEEL pois tem que ter muita clareza quanto
238 do impacto e se houve alguma falha. **Conselheiro Jorge** manifestou-se solicitando que
239 também seja convidada a ANATEL para esclarecer sobre cobertura de sinal de linhas de
240 celulares. Dando continuidade a Senhora **Maria do Carmo** Também informou que no dia
241 16/03 às 15 horas, estaremos entregando as escrituras para os moradores do Portal
242 Caiobá. Que o governo federal marcou um evento nacional de Regularização Fundiária,
243 pois o Presidente irá assinar o Decreto que regulamenta a **Lei 13.465**, que tem pontos
244 ainda ineficientes por falta do Decreto. Que várias cidades do Brasil estão entregando
245 título de Regularização Fundiária. Solicitou para Senhora Tânia que comunique aos
246 demais Conselheiros via WhatsApp. Expos que haverá curso de Regularização Fundiária

247 nos dias 19 e 20 de abril, em Campo Grande. É um curso altamente qualificado em
248 parceria com a ABC. Propôs que sejam escolhidos 4 a 5 Conselheiros para participar, e
249 que verificaremos a possibilidade de pagar com recursos do FEHIS. Que irá encaminhar
250 a proposta para o Conselho do FEHIS. Ainda informou que o “**Programa Lote**
251 **Urbanizado**” ganhou o **Prêmio Selo de Mérito**, ficou entre os melhores programas a nível
252 nacional. A entrega será na próxima semana em Salvador/BA. Disse ter visitado os lotes
253 urbanizados de Costa Rica e Chapadão, e ter ficado encantada com a rapidez e qualidade
254 dos serviços. Que em Costa Rica de 100 unidades, somente 15 não iniciaram os serviços
255 e já foram notificados. Considerou esse programa muito transparente e que os municípios
256 que aderiram, antes do lançamento do Programa, foram realizados reunião na Câmara
257 Municipal para Vereadores e comunidade, para que houvesse clareza com a sociedade.
258 Que a seleção é transparente, e que dessa forma o projeto atingiu os objetivos propostos.
259 A Senhora Tânia Marques comunicou que há alguns exemplares da cartilha que foi
260 utilizada na 6ª Conferência Estadual. Se algum Conselheiro tiver interesse, poderá
261 solicitar. Conselheira Edymar solicita que o Conselho publique uma “Nota de
262 Solidariedade”, pela morte da Vereadora Carioca Marielli Franco, para que possamos
263 demonstrar nossa indignação pela violência, pelo femilicídio. Todos os dias vemos
264 mulheres serem assassinadas, a barbárie está presente em nossos dias e não podemos
265 nos acostumar em presenciar tanta violência. Comunicou que as 17 horas haverá um ato
266 na praça Ari Coelho. **Conselheira Inês** elucidou que é um tema pertinente para o
267 Conselho, pois envolve todas as questões de uma sociedade. O **Presidente Marcelo**
268 **Miglioli** concordou com a indignação da morte da referida vereadora, porém, ficou muito
269 mais indignado com a morte do menino de 10 anos em Nova Andradina. Que esse ato é
270 o fim de uma sociedade. Que a violência contra mulheres e crianças está saindo dos níveis
271 de normalidade, que necessitamos restabelecer o sentido de família. A **Conselheira**
272 **Rosana Puga** solicitou para destacar algumas questões como por exemplo: Processo de
273 licitação antiquado, questão da legislação que necessita ser modificada, e também quanto
274 as responsabilidades da Prefeitura quanto a aplicação de recursos em obras que não
275 foram executadas de forma satisfatória. Como fica a questão desses recursos? O
276 **Presidente Marcelo Miglioli** responde que quando há repasse do Governo do Estado
277 para obras da Prefeitura Municipal, os recursos são repassados através de medições. Que
278 a Prefeitura é obrigada a prestar contas daquilo que está fazendo. Afirmou que em Campo
279 Grande o desenvolvimento dos projetos e pensamentos é a cargo do município, diferente
280 de outros municípios que o Estado assumiu esse papel, até por conta das dificuldades
281 desses municípios, por falta de capacidade financeira. Que os projetos e recursos de
282 Campo Grande que estão em andamento, são antigos e foram feitos pela Prefeitura,
283 aprovados pela Prefeitura e Caixa Econômica Federal, com critérios técnicos. Enfatizou
284 que a sociedade tem obrigação de fiscalizar, porém, vemos a omissão e posteriormente a
285 crítica. Que o CREA, o CAU ou qualquer entidade organizada tem direito de reivindicar
286 explicações. Prosseguindo Senhora **Maria do Carmo** explica sobre a pauta da próxima
287 reunião. Que poderia ser a questão da ANEEL, porém não sabe se tem tempo hábil para
288 analisar a legislação. Que posteriormente será encaminhado e-mail para todos os
289 Conselheiros informando sobre a pauta. Nada mais a ser tratado, o **Presidente Marcelo**
290 **Miglioli** encerrou a reunião às 16h45min. Ata redigida por **Tânia Marques e revisada por**
291 **César Magalhães.**